

Grupo prepara modernização

Na manhã da terça-feira passada, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados gastou mais de uma hora em torno de uma discussão inusitada, ao examinar um projeto que cria novas penas para o crime de estupro. O deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) defendia a tese de que conjunção carnal significa coito, logo só pode ocorrer entre um homem e uma mulher. "É sabido que não há a figura de *alguém* como vítima de constrangimento sexual." Em seguida, explicou que não poderia incluir na lei a figura da "surpresa" para a prática da conjunção carnal. Em tom solene perguntou: "O que seria a surpresa? Seria a mulher abaixar-se e um homem, vindo de trás, forçá-la ao coito?". O deputado Samir Achôa (PMDB-SP) interveio, lembrando que o texto em discussão, falava em proteger de violência ou grave ameaça apenas a mulher honesta. "O que é a mulher honesta?" quis saber Mendes. No final do debate, não se havia chegado a qualquer conclusão.

Fórum de elite no Congresso — para lá os partidos destacam seus quadros mais preparados juridicamente —, a Comissão, segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), mesmo avaliando a proposta como "absurda" não teve alternativa. Foi obrigada a discuti-la para cumprir as normas que vigoram no Parlamento brasileiro.

Essas e outras características arcaicas do Congresso motivaram a formação de um grupo suprapartidário, preocupado em modernizar o funcionamento do Legislativo. Após quatro meses de discussões, o grupo renovador já tem várias propostas. Extinguir mordomias (tipo passagens aéreas), responsabilizar publicamente os deputados gazeteiros, eliminar o nepotismo e banir definitivamente projetos inusitados como o que transfere o meridiano de Greenwich para Belém do Pará ou o que só permite a compra de automóvel por quem comprove a posse de uma garagem.

O deputado Roberto Freire (PCB-PE) defende o fim da apresentação individual dos projetos. Para ele, a apresentação deveria ficar a cargo dos partidos políticos, após uma rigorosa triagem. Para o vice-líder do PT, Paulo Delgado, é preciso "inverter a mão": em vez de ser inicialmente submetido à sobre-carregada Comissão de Constituição e Justiça, que aprecia apenas a questão da constitucionalidade e, portanto, dá tramitação a "coisas grotescas", o projeto deve primeiro ter o seu mérito julgado por uma das comissões temáticas. José Genoíno (PT-SP) também considera que as comissões devem ter autonomia de vetar os projetos não apenas pelo lado formal, mas também pelo mérito.

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) lembra que logo após o fim dos traba-

lhos da Constituinte, a pretexto de regulamentar a Constituição, Daso Coimbra (PRN-RJ) apresentou nada menos que 200 projetos. "Eram praticamente todos meras reproduções do que já estava escrito na Constituição, sem regulamentar coisa alguma, e que serviram para entulhar as comissões."

Jobim divide projetos desse tipo em três famílias: o *projeto imprensa*, que o deputado apresenta apenas para dizer à opinião pública que está trabalhando; o *projeto categoria*, que tem a função de angariar votos entre determinadas categorias profissionais (como os despachantes de trânsito, que têm em tramitação um projeto que regulamenta a profissão); e o *projeto região*, aquele que defende a construção de uma estrada ligando a BR tal ao município x, apenas para saciar as bases.

Fusão — O grupo suprapartidário discute também, ainda sem consenso, o funcionamento do Congresso em caráter unicameral (Câmara e Senado unificados), proposto pelo deputado Paulo Delgado. "Hoje, 70 senadores têm mais força que 500 deputados, como no caso da manutenção do veto presidencial ao Plano de Custeio e Benefícios da Previdência, que havia sido derrubado pela Câmara", lembra Delgado.

A extinção das sessões diárias de *pin-ga-fogo*, que passariam a acontecer no máximo uma vez por semana, é quase um consenso entre os parlamentares do grupo modernizador, que defendem também a divisão de sessões em deliberativas e de debate.

O grupo propõe retirar da Mesa Diretora suas atuais funções burocráticas (zelar pelos apartamentos, fornecer passagens aéreas, distribuir gabinetes), para que ela possa executar tarefas políticas e legislativas, como garantir as condições de funcionamento das comissões permanentes, organizar concretamente as sessões de debate e votação e levar ao governo federal a posição do Legislativo de não mais aceitar a edição exagerada de medidas provisórias, por exemplo. Por fim, os parlamentares do grupo propõem a instalação efetiva da Procuradoria da Câmara dos Deputados, para apuração imediata de qualquer denúncia com punição dos responsáveis, caso confirmada a irregularidade, ou procedimento político e judicial adequado, quando inverídicas ou caluniosas.